

Boletim Impresso

# NAS ÁGUAS DO GUANDU-RJ

**GUANDU**  
Comitê de Bacia Hidrográfica

Ano 8 - Edição 11 - Abril/2017

# 15 anos

## de Comitê Guandu

Membros da primeira diretoria e da nova gestão do Guandu  
falam sobre o trabalho realizado no órgão colegiado - *Pág. 6*

Lei das Águas  
completa 20 anos  
de criação  
*Pág. 3*

ANA destaca  
trabalho do Comitê  
nos próximos anos  
*Pág. 4*

Câmaras Técnicas  
iniciam atividades  
em novo biênio  
*Pág. 12*

**AGEVAP**  
Associação de Entidades  
de Bacia Hidrográfica



O Boletim Informativo NAS ÁGUAS DO GUANDU é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ

### Atendimento ao público/Correspondências

Av. Ministro Fernando Costa, 775 (sala 203)  
Fazenda Caxias - Seropédica/RJ - CEP: 23895-265

### APA Guandu/CAR/Reunião

BR 465, km 7, Campus da UFRRJ - Prefeitura Universitária  
Seropédica (RJ) - CEP: 23897-000 - (21) 3787-3729  
www.comiteguandu.org.br - guandu@agevap.org.br

### Diretor Geral: Júlio Cesar O. Antunes

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)

### Diretor Executivo: Decio Tubbs Filho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

### Diretores: Livia Soalheiro (Instituto Estadual do Ambiente - INEA),

Evandro Batista (Prefeitura Municipal de Rio Claro),

José Gomes Barbosa Júnior (Lajes Energia S/A),

Amisterdan Ribeiro Cristo (Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro - SIMARI).



### Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)

Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) - Manejo - Resende (RJ)  
CEP: 27520-005 - (24) 3355-8389 - www.agevap.org.br  
agevap@agevap.org.br

### Presidente do Conselho de Administração: Jaime Azulay

Presidente do Conselho Fiscal: Sinval Ferreira da Silva

Diretor-Presidente: André Luis de Paula Marques

Diretora de Relações Institucionais: Aline Raquel Alvarenga

Diretora de Recursos Hídricos: Juliana Gonçalves Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro: Marcelo Bertonha

Diretora de Planejamento Estratégico: Julianne Elisabeth Nass Lumazini

Gerente de Recursos Hídricos: Nathália dos Santos Costa Vilela

Coordenadora de Núcleo: Fátima do Carmo Silva Rocha

### Produção Gráfica e Editorial, Diagramação, Arte-Final, Reportagens, Redação, Fotografias, Edição e Revisão:

Assessoria de Comunicação do Comitê Guandu-RJ -  
Montenegro Grupo de Comunicação - (21) 2215-9463  
www.montenegrogc.com.br - redacao@montenegrogc.com.br

### Editor Executivo: Cláudio Montenegro (MTb 19.027)

Jornalista Responsável: Leonardo Poyart

Coordenador de Comunicação: Richard Hollanda

Reportagens: Lucas Lacerda e Richard Hollanda

Programação Visual: Gustavo Tavares

Acompanhamento: Fátima do Carmo Silva Rocha e Julio Cesar Ferreira

Tiragem: 1.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## Mensagem da Diretoria

Caro leitor, você acaba de abrir a 11ª edição do nosso boletim impresso Nas Águas do Guandu-RJ, feito com todo apreço para apresentar ao público o que está sendo desenvolvido pelo Comitê Guandu-RJ. E este número é especial uma vez que se trata de uma edição comemorativa dos 15 anos de criação do órgão colegiado.

Ao longo desse tempo, muitos desafios foram superados e outros estarão por vir. Nesta edição, nossa equipe desenvolveu reportagens interessantes, como uma entrevista com o Especialista de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Nelson Neto de Freitas, que falou sobre o período de escassez hídrica enfrentado no Rio de Janeiro, a importância do Comitê Guandu-RJ dentro do cenário de discussões dos recursos hídricos no Brasil, entre outros temas.

A revisão do Plano de Bacia já está em andamento e neste exemplar conversaremos com integrantes da empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto – a Profill –, que contarão quais foram as primeiras ações e quais serão as próximas etapas.

Também são temáticas do nosso boletim os 20 anos da Lei 9.433/1997, mais conhecida como Lei das Águas, e a nova composição das Câmaras Técnicas de Estudos Gerais (CTEG) e de Instrumentos Legais e de Gestão (CTIL-G), que iniciaram seus trabalhos em março, após a posse dos novos membros do Comitê.

Por fim, faremos um paralelo do Comitê Guandu-RJ entre seu início e atualmente, através de entrevistas com profissionais que fizeram – e fazem – da instituição uma referência da gestão dos recursos hídricos no Rio de Janeiro e no Brasil.

Boa leitura a todos!

# Lei que protege recursos hídricos completa 20 anos



**E**laborada para ser um instrumento moderno e democrático na gestão de recursos hídricos, a Lei nº 9.433/1997, mais conhecida como Lei das Águas, completou, em janeiro, 20 anos de sua promulgação. Ela incorporou alguns conceitos fundamentais da visão de sustentabilidade – gestão descentralizada, água como elemento dotado de valor econômico, e promoção da participação social na sua gestão, entre outros.

Esse documento é imprescindível, visto que cerca de 12% de toda a água doce do planeta encontra-se em território brasileiro. Ao todo, são 200 mil microbacias espalhadas em 12 regiões hidrográficas, brasileiras como as bacias do Sudeste, Parnaíba, São Francisco, do Paraná e a Amazônica.

É um enorme potencial hídrico, capaz de prover um volume de água por pessoa 19 vezes superior ao mínimo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) – de 1.700 m<sup>3</sup>/s por habitante por ano.

Criado em 2002, o Comitê Guandu-RJ ao longo de seus 15 anos tem trabalhado em promover a gestão descentralizada e participativa dos Recursos Hídricos nesta bacia hidrográfica. Um dos projetos de maior sucesso do Comitê é o Produtores de Água e Floresta (PAF), que desde 2008 já restaurou mais de 560 hectares e conservou outros 4.562. Além disso, mais de R\$ 1 milhão já foi deliberado pelo Comitê para o pagamento aos produtores.

Além do PAF, programas de incentivo à pesquisa, de diagnóstico de minas d'água e educação ambiental também foram implementados. O objetivo de todos é um só: proteger os recursos hídricos.

"São 20 anos de uma conquista muito importante, pois é fundamental termos uma sustentabilidade no que se refere à água. Na Região Hidrográfica do Guandu sempre trabalhamos com esse intuito e não vamos parar nunca", disse o diretor executivo, Decio Tubbs.



# “Atuação do Comitê tem importância a ser destacada”

**O** Nas Águas do Guandu-RJ entrevista o especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Nelson Neto de Freitas, que atua no relacionamento entre as instâncias colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Na conversa, ele fala sobre as conquistas do segmento, a crise hídrica de 2014/2015 e o trabalho do Comitê Guandu-RJ.

**CG: A ANA foi criada como desdobramento da Lei das Águas. Quais as conquistas da agência?**

A ANA vem apoiando o funcionamento dos comitês de bacias de domínio da União, criados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e os avanços da implementação dos instrumentos do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) no âmbito de cada bacia, sendo que

atualmente temos nove comitês de bacias hidrográficas apoiados diretamente pela ANA. No contexto nacional, são mais de 200 comitês de bacias hidrográficas, os quais cerca de 60% já contam com planos de bacia aprovados ou em elaboração. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), de iniciativa da ANA, é mais uma boa prática, objetivando o fortalecimento da gestão de recursos hídricos segundo diferentes temáticas.

**CG: Como a sociedade brasileira se comporta quanto ao uso dos recursos hídricos?**

A percepção predominante é a de um bem infinito, reforçada pela condição atribuída ao Brasil, de país detentor de grande riqueza hídrica. Embora verdadeira, tal condição não se traduz necessariamente em disponibilidade de água, em quantidade

e qualidade adequadas. A maior parte da população brasileira concentra-se nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, que detêm menos de 20% da disponibilidade hídrica do país. Se acrescentarmos a esta realidade a significativa concentração populacional nos espaços urbanos e os baixos índices de tratamento de esgotos, teremos a síntese dos desafios a serem enfrentados.

**CG: O Sudeste sofreu com a crise hídrica entre 2014 e 2015. Que ensinamentos a sociedade teve?**

A presença do tema nos principais veículos de comunicação representou uma oportunidade da sociedade absorver os conceitos mais fundamentais da política de recursos hídricos.

Se ao menos uma parcela da população passou a perceber a importância da água, já poderemos contabilizar alguns ensinamentos da crise hídrica.

**CG: Como a ANA classifica o trabalho desenvolvido pelos comitês no Brasil?**

O trabalho é indiscutível e os comitês apresentam-se com grande potencial para contribuir com avanços efetivos na gestão de recursos hídricos. A efetividade dessa atuação possui perfil político e perfeitamente alinhado com a natureza do comitê, devendo ser suportado por esforços continuados em capacitação e comunicação.

O que se espera é que comitês fortalecidos produzam decisões tecnicamente adequadas e politicamente respaldadas. O PROCOMITÊS visa a contribuir para a superação de algumas fragilidades que foram identificadas ao longo do tempo, sendo talvez a dificuldade de comunicar para além dos limites do próprio Sistema a principal delas.

**CG: Como vislumbra a importância do Comitê Guandu-RJ nos próximos anos?**



Nelson Neto de Freitas: o Comitê Guandu-RJ é um exemplo de sucesso a ser replicado

A bacia do Guandu contempla algumas peculiaridades que amplificam a importância do colegiado na gestão de recursos hídricos. As significativas vazões que são transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para o Guandu fazem com que a bacia, com menos de 2.000 km<sup>2</sup> e população da ordem de 1 milhão de habitantes, acabe sendo a responsável pelo abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas e por viabilizar diversas atividades econômicas. A atuação tem importância e deve se ampliar para o futuro, tendo em vista as crescentes demandas e o aumento da pressão sobre as águas, sendo cada vez mais necessário contar com o órgão desempenhando o seu papel.

**CG: Que mensagem deixa ao Comitê Guandu-RJ por seus 15 anos de fundação?**

A representação nos colegiados do SINGREH, especialmente nos comitês, é uma tarefa de grande relevância e que requer um elevado grau de perseverança de todos. Em 15 anos, o Guandu percorreu o rol de instrumentos de gestão relacionados com suas competências, e já possui plano de bacia, enquadramento e cobrança aprovados e em implementação. E, em um contexto desafiador, onde ainda damos os primeiros passos para a implementação da gestão das águas no país, o Comitê Guandu-RJ é um exemplo de sucesso a ser replicado.

# “O Comitê foi criado por um processo participativo”



Leila Heizer, integrante da primeira diretoria colegiada do Comitê Guandu-RJ, no ano de 2002

O Comitê Guandu-RJ completa 15 anos em 2017. A engenheira Leila Heizer, à época na Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), participou do processo de constituição do Comitê e foi a primeira diretora executiva - na gestão do diretor geral Antônio Adolfo Gabocci Bruno - do órgão colegiado. Em entrevista, ela conta a experiência e os desafios do início dos trabalhos.

### **CG: Como foi o processo de criação do Comitê?**

Tudo começou quando chegou à SERLA um pedido para outorga de uma hidrelétrica no Ribeirão das Lajes e um estudo para ampliação da captação do Guandu. Após debates, os presentes decidiram formar um grupo para estudar a formação de uma associação de usuários ou um comitê de bacia. O grupo - formado por LIGHT, FURNAS, SERLA, COSIGUA, UFRRJ e a ONG Onda Verde - decidiu por um comitê e foi elaborado um Regimento Interno.

A referência foi o Comitê Rio dos Sinos (RS) e, após uma segunda reunião, foi aprovada a ideia. E começamos a reunir um grupo maior, submetido ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI).

### **CG: Em 2002, foi discutida a cobrança pelo uso da água. Conte-nos um pouco do tema.**

Houve uma discussão no âmbito do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) para definição da fórmula e divulgação do que era a cobrança pelo uso das águas. Depois, o Estado decidiu adotar a mesma fórmula para todos os comitês fluminenses. Pensava-se que o valor a ser arrecadado seria suficiente para suportar as obras necessárias. Mas decidiu-se começar com valor pequeno do preço público.

### **CG: Constituído o Comitê, quais foram os objetivos traçados para a Região Hidrográfica II?**

Tivemos o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA) para a elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim. Participamos do processo desde a elaboração dos termos de referência até o fechamento do relatório. Também foi objetivo o debate sobre a obra de desvio do rio dos Poços, a ser realizada pela CEDAE.

### **CG: O Comitê está amadurecido. Como avalia o caráter técnico em conjunto com o papel de articulador para as questões de recursos hídricos?**

Fico feliz com o resultado. O Comitê se desenvolveu como se esperava, partindo da necessidade de resolver conflitos e o interesse dos usuários, governos e sociedade civil. Foi criado por processo participativo e não determinado por uma decisão do Estado. O resultado é que funciona muito bem.

# “Desejo que a gestão hídrica esteja na agenda política”

Recentemente eleito para o segundo mandato à frente do Comitê Guandu-RJ, o diretor geral Julio Cesar O. Antunes fala sobre os desafios enfrentados à frente da direção do órgão, como é o trabalho de um diretor e o que vislumbra para os próximos anos na Bacia.

## **CG: Como começou sua atuação no Comitê?**

Quando foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com profissionais de diversas instituições, como a Cedae, a Serla (hoje, INEA), Secretarias de Meio Ambiente, entre outros, em 2002. À época, eu já participava das discussões acerca da criação do Comitê.

## **CG: Quais foram os principais obstáculos enfrentados em sua gestão?**

Não foram obstáculos, mas etapas que ajudaram a construir e fortalecer a Região Hidrográfica II. Dentro dessas etapas, o fortalecimento de cada membro e segmento que constituem o Comitê é uma eterna construção na articulação e implantação de ações definidas em plenária.

## **CG: Como é o trabalho de um diretor geral?**

Além de ter como base as atribuições previstas no Regimento Interno do órgão colegiado, a minha função é, também, promover a articulação entre os diferentes atores, ações e instituições que estão inseridas na Região Hidrográfica.

## **CG: Para o senhor, como é dirigir um dos principais Comitês de Bacias do Rio de Janeiro?**



Julio Cesar O. Antunes: Atualmente em seu segundo mandato, ele está envolvido no Comitê desde o ano 2000

Foto: Julio Camacho

É uma responsabilidade muito grande, pois a bacia é a principal fonte de abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que também conta com diversas indústrias. Devido a isso, todos os dias temos atuado em conscientizar toda a sociedade para a importância do uso racional dos recursos hídricos.

## **CG: Quais os desafios para o biênio?**

Desejo que a gestão hídrica esteja na agenda política e estratégica para os municípios da RH II e o Estado. E o Comitê terá um papel fundamental. O principal desafio é implementar a área de Recursos Hídricos nos diferentes parlamentos, como na Assembleia Legislativa.

## **CG: O que vislumbra para a Região Hidrográfica do Guandu nos próximos anos?**

Vislumbro uma melhoria na qualidade da água e uma economia circular em função do desenvolvimento sustentável. Ou seja, uma integração entre economia, sociedade e o meio ambiente.



Grupo de Trabalho do PERH-Guandu durante uma das reuniões de acompanhamento de atualização

# Atualização do Plano de Bacia entra em nova fase

Instrumento de gestão das águas na Região Hidrográfica II, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (PERH-GUANDU) está sendo atualizado. O documento é um conjunto de 65 programas a serem implementados no período de 2005 a 2025. O intuito é garantir qualidade e quantidade de água, além da recuperação ambiental e conscientização da população sobre a importância do cuidado com as águas.

A finalidade do projeto é adequar o Plano de Bacia aos desafios que a gestão de uma Região Hidrográfica com 15 municípios impõe. A RH II, tal como se apresenta hoje, foi redefinida pela Resolução nº 107 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ),

publicada em 2013. O diretor executivo, Decio Tubbs, explicou a mudança à luz do trabalho do Comitê Guandu-RJ.

“É importante que o Comitê tenha um Plano de Bacia atualizado. Mangaratiba, por exemplo, não fazia parte da Região Hidrográfica na época da elaboração do PERH. Em resumo, o Plano de Bacia é que delimita nossa gestão, tanto em critérios técnicos quanto territoriais”, lembrou Tubbs.

Os trabalhos já iniciaram e são desenvolvidos pela PROFILL Engenharia e Ambiente. As etapas estão sob a supervisão de um Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA), responsável pela análise dos produtos, e é integrado por representantes do Comitê Guandu-RJ, da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e

“ O Plano de Bacia é que delimita nossa gestão, tanto em critérios técnicos quanto territoriais ”  
*Decio Tubbs*



do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

No primeiro trimestre de 2017, a equipe da PROFILL realizou ação de campo, visitando algumas localidades da RH II para conhecer a geografia e identificar pontos estratégicos. "Percebemos dois grandes desafios: compreender a complexidade das intervenções da infraestrutura hídrica na bacia usadas para as transposições na geração de energia e no abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro, e perceber as diferentes realidades fisiográficas do território. A primeira etapa possibilitou contemplar as obras em funcionamento, compreendendo sua interferência nas disponibilidades hídricas", relatou Sidnei Agra, profissional que atua na PROFILL.

A visita permitiu conhecer a bacia como um todo. "Atentamos para a diversidade de situações relativas aos recursos hídricos: áreas conservadas e com intensa urbanização, geração de energia em grandes usinas e pequenas centrais hidrelétricas, áreas de serra e litorâneas", acrescentou.

Por conta de sua diversidade, a RH II apresenta um conjunto de desafios complexos. A primeira Nota Técnica elaborada pela PROFILL definiu as Unidades Hidrológicas de Planejamento, ou seja, as áreas de estudo dentro da Bacia.

Carlos Bortoli, coordenador técnico do projeto, apontou as linhas de ação. "Entendemos que

regiões diferentes apresentam prioridades diferentes. Alguns problemas têm impactos significativos por afetarem um contingente maior de pessoas e a economia regional. Mas a necessidade de manutenção das boas condições no alto Pirai e nos afluentes do alto Guandu também está garantida. Aspectos relacionados à gestão do território nas bacias litorâneas, principalmente ao sul, serão temas em destaque. Além disso, o Plano estará focado na implementação e consolidação dos instrumentos de gestão, com ênfase na outorga, cobrança e enquadramento", disse.

Uma novidade que será utilizada nas próximas etapas da atualização do Plano é o conceito de Agendas Temáticas. A ferramenta desenvolvida pela PROFILL trabalha prioridades e contribuições de setores, como indústria, mineração e agricultura em conjunto com a gestão hídrica.

"Os próximos passos da atualização do PERH-Guandu dizem respeito à consolidação do Diagnóstico da Região, e realização das reuniões públicas nas quais buscamos ouvir as expectativas da sociedade a respeito do Plano e da Gestão de Recursos Hídricos. As agendas temáticas serão trabalhadas como ferramenta de integração dos resultados do diagnóstico", explicou Agra.

A nova versão do Plano de Bacia será finalizada até maio de 2018.



Apresentação do PERH-Guandu durante Reunião Ordinária Plenária em 2016: Planejamento do Projeto foi apresentado no encontro

# Mestrado possibilita troca de experiências profissionais



Profissionais de diversas áreas profissionais, além daqueles que atuam em Comitês de Bacias Hidrográficas, entre eles o Comitê Guandu-RJ, participam desde o ano de 2016 do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). A formação é resultado de uma discussão promovida a partir de 2014 entre diversos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

Sob a coordenação da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o ProfÁgua ofereceu, em seu primeiro edital, 114 vagas para Mestrado Profissional e 400 vagas de especialização. O objetivo do programa é fortalecer o debate e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o curso conta com a participação de

professores das faculdades de Oceanografia, Engenharia, Geologia, Educação e Economia, e dos Institutos de Química e Geografia. Além de profissionais da Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da Universidade do Vale do Itajaí.

De acordo com o coordenador do projeto na UERJ, Friedrich Herms, um terço da turma – iniciada em agosto – é de pessoas não ligadas aos recursos hídricos. O restante é de profissionais já incorporados aos Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

Ainda segundo o coordenador Herms, a turma possui profissionais de diversos segmentos. “Nem todos são da área de recursos hídricos e, portanto, vivenciam temas que não estão acostumados e vice-versa. No final, todos saem sabendo conceitos que não conheciam”, disse.

A próxima turma está prevista para ser iniciada nos próximos meses. Em abril, acontecerá o processo seletivo para quem desejar ingressá-la.

# Eventos promovem reflexão sobre o uso da água

No dia 22 de março foi celebrado o Dia Mundial da Água. A data, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), é destinada à discussão sobre os diversos temas relacionadas a este importante bem natural. O Comitê Guandu-RJ participou de dois eventos relativos ao tema em cidades da Baixada Fluminense.

Na cidade de Nova Iguaçu, o diretor geral do Comitê Guandu-RJ, Julio Cesar O. Antunes - assim como o diretor do Comitê de Bacia da Baía da Guanabara, Izidro Paes Leme -, participou do Seminário “Desafios para a Universalização dos Serviços de Saneamento – Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário para Nova Iguaçu”, realizado no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O diretor frisou durante o evento a importância de nos lembrarmos de integrar a sociedade nas discussões da gestão das águas. “O Comitê está trabalhando em ações que tenham participação dos cidadãos. Atualmente, estamos fazendo a atualiza-

ção do Plano Estratégico da Bacia e teremos várias reuniões onde os municípios terão voz”, falou.

Mas o evento em Nova Iguaçu não foi o único em que o Comitê participou no dia 22 de março. Em Xerém, Duque de Caxias, o órgão colegiado fez uma palestra de conscientização sobre o uso da água a funcionários da Comtex, do segmento tecnológico.

A especialista de recursos hídricos da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), Caroline Lopes, apresentou ações que podem minimizar os efeitos da escassez hídrica e a importância da atuação dos Comitês nestes diálogos com a sociedade

“Diversas cidades, como Duque de Caxias, dependem do Guandu como fonte de abastecimento. É importante que a sociedade entenda a percepção da utilização das águas e percebam-na como bem público dotado de valor econômico conforme prevê a Política Nacional de Recursos Hídricos. A água é de todos e é de suma importância preservar esse bem”, disse a especialista após a conversa.



Em Nova Iguaçu, Seminário contou com a participação do diretor geral do Comitê Guandu-RJ, Julio Cesar O. Antunes. A atualização do Plano de Bacia da Região Hidrográfica do Guandu foi um dos pontos citados em sua fala

# Grupos começam trabalhos em novo biênio

**A**pós a posse dos novos membros, realizada no mês de fevereiro, chegou a vez das Câmaras Técnicas darem início aos trabalhos. No mês de março, os integrantes começaram as discussões e, no primeiro encontro do biênio 2017-2018, foram decididos, respectivamente, a sua composição e os coordenadores das duas instâncias. Temas relevantes, como a alteração do valor pela cobrança do uso da água e a atualização do Plano de Bacia serão discutidos ao longo do período.

A Câmara Técnica de Estudos Gerais (CTEG) será coordenada por Franziska Huber (FAETERJ -Paracambi) e Mariana Silveira (Thyssenkrup CSA). A CTEG, entre outras funções, é responsável por estudar, analisar, emitir parecer e acompanhar a elaboração de estudos e projetos, buscando compatibilizar com o Plano de Bacias, considerando o desenvolvimento regional e a recuperação, conservação e proteção do meio ambiente. Já a Câmara Técnica de Instrumentos Legais e

de Gestão (CTIL-G) ficará com a coordenação de Paulo de Tarso (Firjan) e Hendrik Mansur (The Nature Conservancy). Entre as diversas funções dessa instância, destaca-se a de propor diretrizes de gestão integrada em consonância com os instrumentos de gestão vigentes e propor critérios de distribuição para aplicação dos recursos destinados à RH II, incluindo procedimentos de rotina e fiscalização.

“Ao longo dos próximos dois anos, teremos muitos assuntos importantes a serem discutidos, como o desenvolvimento de novas atividades na Região Hidrográfica, voltadas a jovens e adolescentes”, disse Franziska.

Já Paulo de Tarso disse que “a formulação da nova metodologia de cobrança pelo uso da água, precisa ser analisada com cuidado, ainda mais em período de crise financeira, como o que se passa atualmente. Nosso objetivo é evitar problemas em nossa região hidrográfica”, finalizou.



Membros da CTEG durante a primeira reunião do grupo, em março de 2017. Na ocasião, foram feitas as escolhas dos integrantes e coordenadores da Câmara